



TÉCNICO DE CONTROLE EXTERNO ÁREA DE CONTROLE EXTERNO E ÁREA DE APOIO TÉCNICO E ADMINISTRATIVO	A	3	3.704,09	2.778,07
		2	3.596,20	2.697,15
		1	3.491,46	2.618,60
	ESPECIAL	13	2.787,41	2.090,56
		12	2.706,22	2.029,67
		11	2.627,41	1.970,56
		10	2.550,87	1.913,15
		9	2.340,26	1.755,20
	B	8	2.272,09	1.704,07
		7	2.205,91	1.654,43
		6	2.141,66	1.606,25
	A	5	1.964,83	1.473,62
		4	1.907,59	1.430,69
3		1.852,03	1.389,02	
2		1.798,10	1.348,58	
1		1.745,73	1.309,20	
AUXILIAR DE CONTROLE EXTERNO ÁREA DE SERVIÇOS GERAIS	ESPECIAL	13	1.769,25	1.326,94
		12	1.717,72	1.288,29
		11	1.667,69	1.250,77
	B	10	1.619,13	1.214,35
		9	1.485,43	1.114,07
		8	1.442,16	1.081,62
		7	1.400,14	1.050,11
		6	1.359,37	1.019,53
	A	5	1.247,13	935,35
		4	1.210,81	908,11
		3	1.175,83	881,65
		2	1.141,31	855,98
		1	1.108,07	831,05

ANEXO II

TABELAS DE VENCIMENTO BÁSICO
Analista de Controle Externo

Área de Apoio Técnico e Administrativo - Especialidade Médico (Atualizadas de acordo com a Lei nº 10.697, de 2 de julho de 2003)

CARGOS	CLASSE	PADRÃO	VALOR EM R\$ 20 H SEMANAIS
ANALISTA DE CONTROLE EXTERNO ÁREA DE APOIO TÉCNICO E ADMINISTRATIVO ESPECIALIDADE MÉDICO	ESPECIAL	13	2.787,42
		12	2.706,23
		11	2.627,42
		10	2.550,89
		9	2.340,27
	B	8	2.272,10
		7	2.205,92
		6	2.141,53
	A	5	1.964,84
		4	1.907,61
		3	1.852,05
		2	1.798,10
		1	1.745,73

ANEXO III

TABELA DE FUNÇÕES DE CONFIANÇA

(Atualizada de acordo com a Lei nº 10.697, de 2 de julho de 2003)

NÍVEL DA FC	VALOR EM R\$
FC-6	2.958,34
FC-5	2.195,23
FC-4	1.630,74
FC-3	1.212,60
FC-2	815,37
FC-1	606,30

ANEXO IV

TABELA DE CARGOS EM COMISSÃO

(Atualizada de acordo com a Lei nº 10.697, de 2 de julho de 2003)

DENOMINAÇÃO DO CARGO	VALOR EM R\$
OFICIAL DE GABINETE	5.644,89
ASSISTENTE	3.972,33

ANEXO V

TABELA DE VENCIMENTOS DE AUTORIDADES

(Atualizada de acordo com a Lei nº 10.474, de 27 de junho de 2002, e Resolução do STF nº 257, de 10 de julho de 2003)

DENOMINAÇÃO	VENCIMENTO	%	REPRESENTAÇÃO	TOTAL
MINISTRO	3.911,80	212	8.293,03	12.204,83
PROCURADOR-GERAL	3.911,80	212	8.293,03	12.204,83
SUBPROCURADOR-GERAL	3.839,27	202	7.755,32	11.594,59
AUDITOR	3.839,27	202	7.755,32	11.594,59
PROCURADOR	3.746,55	194	7.268,31	11.014,86

Em R\$

2ª CÂMARA

ADITAMENTO À PAUTA Nº 37 (ORDINÁRIA)

Sessão em 2 de outubro de 2003

Nos termos dos §§ 9º e 10º do art. 141 do Regimento Interno, foi incluído na Pauta nº 37/2003 - Segunda Câmara, para apreciação na Sessão Ordinária a se realizar no dia 02/10/2003, o(s) seguinte(s) processo(s):

GRUPO I

Classe II - TOMADAS E PRESTAÇÕES DE CONTAS

- Relator, Ministro Benjamin Zymler

TC-011.833/1992-0 - (com 9 volumes)

Natureza: Tomada de Contas Especial

Entidade: Secretaria Estadual de Saúde Pública no Pará - SESPA
Responsáveis: Nilo Alves de Almeida (CPF nº 001.034.972-34), Antônio José Maria Huet de Bacelar (CPF nº 003.046.892-20) e Walquíria Duarte dos Santos (já falecida)/Maria Duarte dos Santos - mãe e sucessora (CPF nº 410.535.752-20)
Advogado constituído nos autos: Tadeu Ferreira Monteiro (OAB-T-24), Luiz Guilherme Andrade Lopes (OAB/PA 5347), Gilberto João Rocha Soares Vasco (OAB/PA 5638), Raimundo Nonato Paixão Teixeira (OAB/PA 4000)

Secretaria-Geral das Sessões, 29 de setembro de 2003
MIGUEL VINÍCIUS DA SILVA
Subsecretário da 2ª Câmara

Poder Legislativo

CÂMARA DOS DEPUTADOS

PORTARIA Nº 17, DE 29 DE SETEMBRO DE 2003

O PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que dispõe a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, especialmente nos arts. 18, 19, 54, 55 e 71, resolve, ad referendum da Mesa:

Art. 1º Fica aprovado o RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL da Câmara dos Deputados, referente ao período de setembro de 2002 a agosto de 2003, na forma do Anexo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO PAULO CUNHA

ANEXO

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

SETEMBRO/2002 A AGOSTO/2003

LRF, art. 55, inciso I, alínea "a" - Anexo I	RS Milhares	
	DESPESA LIQUIDADADA	
DESPESA COM PESSOAL	Set/2002 a Ago/2003	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (I)	1.388.451	
Pessoal Ativo	1.106.455	
Pessoal Inativo e Pensionistas	507.300	
Despesas não Computadas (art. 19, § 1º da LRF)	225.304	
(-) Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	23.587	
(-) Decorrentes de Decisão Judicial	0	
(-) Despesas de Exercícios Anteriores	98.656	
(-) Inativos com Recursos Vinculados	51.647	
(-) Convocação Extraordinária (inciso II, § 6º, art. 57 da CF)	51.414	
OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO (art. 18, § 1º da LRF) (II)	6.295	
TOTAL DA DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (I + II)	1.394.746	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (III)	217.665.628	
% DO TOTAL DA DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL sobre a RCL (IV) = (I+II) / (III) x 100	0,64%	
LIMITE LEGAL (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - (1,21%)	2.633.754	
LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF) - 95% DO LIMITE LEGAL - (1,15%)	2.503.155	
FIXAÇÃO OU ALTERAÇÃO DE REMUNERAÇÃO OU SUBSÍDIO POR LEI ESPECÍFICA E REVISÃO GERAL ANUAL (inciso X, art. 37 da CF)	195.080	
% da FIXAÇÃO OU ALTERAÇÃO DE REMUNERAÇÃO OU SUBSÍDIO POR LEI ESPECÍFICA E REVISÃO GERAL ANUAL sobre a RCL (V)	0,09%	

TOTAL DA DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL, deduzido o aumento previsto no inciso X, art. 37 da CF - (0,55%) = (IV) - (V)	1.197.161
LIMITE PERMITIDO (art. 71 da LRF) - (0,67%)	1.458.360

Fonte: SIAFI, SIGESP e Portaria STN nº 476, de 16.09.2003.

SÉRGIO SAMPAIO CONTREIRAS DE ALMEIDA
Diretor-Geral

SALVADOR ROQUE BATISTA JÚNIOR
Secretário de Controle Interno
Contador CRC/DF - 9017

EVANDRO LOPES COSTA
Diretor de Finanças, Orçamento e Contabilidade
Contador CRC/DF - 007504/0-8

(Of. El. nº 26)

Poder Judiciário

SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR

ATO Nº 16.731, DE 24 DE SETEMBRO DE 2003

Approva o Relatório definido na Lei Complementar nº 101/2000 e dá outras providências.

O ALTE ESQ CARLOS EDUARDO CEZAR DE ANDRADE, MINISTRO-PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR,

Usando das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 6º, inciso XXV, do Regimento Interno, resolve:

Art. 1º Aprovar o RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL DA JUSTIÇA MILITAR DA UNIÃO para o período de janeiro a agosto de 2003.

Art. 2º Determinar a sua publicação conforme prevê o artigo 55 da Lei Complementar nº 101 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF), de 04.05.2000, observadas as prescrições da Portaria 516/STN, de 14.10.2002 e a Decisão nº 1.099/2002-TCU-Plenário, de 28.08.2002, conforme quadro anexo.

Art. 3º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Alte Esq CARLOS EDUARDO CEZAR DE ANDRADE

ANEXO

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA DE PESSOAL
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JAN/2003 a AGO / 2003

LRF, art. 55, inciso I, alínea "a"	RS Milhares
Despesa de Pessoal	Despesa Liquidada
	Últimos 12 Meses
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (I)	111.879,34
Pessoal Ativo	58.595,63
Pessoal Inativo e Pensionistas	79.597,10
Despesas Não Computadas	-26.313,39
(-) Precatórios	0,00
(-) Inativos com Recursos Vinculados	-3.039,46
(-) Indenização por Demissão	0,00
(-) Art. 19, § 1º, IV - Ex. Anteriores	-23.273,93
OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO (art. 18, § único) (II)	0,00
TOTAL DA DESPESA LÍQUIDA DE PESSOAL (I+II)	111.879,34
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (III)	217.665.628,00
% DO TOTAL DA DESPESA LÍQUIDA C/ PESSOAL sobre a RCL (IV) = (I+II)/(III)	0,0514%
LIMITE LEGAL (art. 20, incisos I, II e III)	0,1019%
LIMITE PRUDENCIAL (art. 22, § único da LRF) - <=>	0,0968%
FIXAÇÃO OU ALTERAÇÃO DE REMUNERAÇÃO OU SUBSÍDIO POR LEI ESPECÍFICA E REVISÃO GERAL ANUAL (inciso X, art. 37 da CF) - <=> (*)	-
% de FIXAÇÃO OU ALTERAÇÃO DA REMUNERAÇÃO OU SUBSÍDIO POR LEI ESPECÍFICA E REVISÃO GERAL ANUAL sobre a RCL (V) (*)	-
TOTAL DA DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL sobre a RCL, deduzido o aumento previsto no inciso X, art. 37 da CF - <=>=(IV)-(V)	0,0514%
Limite Permitido (art. 71 da LRF)	-5,3407%

Observações:

- (1) Fonte dos dados: SIAFI2002 e SIAFI2003, de 12.09.2003.
- (2) RCL publicada pela Portaria nº 476 / STN, de 18.09.2003.
- (3) Limite Prudencial - LRF = 95 % do Limite Legal = 0,0968%



(4) Limite Permitido - LRF = 0,0543%, com variação máxima de 10,0 %, apurado em 2002.
 (5) Limite Legal - LRF = índice de participação da JMU na RCL.
 (6) (*) dados a serem apresentados para o 3º quadrimestre, conforme Manual aprovado pela portaria nº 516/STN.

2 - LRF, art. 55, inciso II.

Nada a informar, considerando que as despesas em causa não ultrapassaram os limites estabelecidos.

3 - LRF, art. 54, inciso III e parágrafo único (assinaturas).

Alte Esq CARLOS EDUARDO CEZAR DE ANDRADE
Ministro-Presidente

RENATO JOSÉ DO VALLE CASTRO
Diretor-Geral

MARCOS MEDEIROS DE CARVALHO
Secretário de Planejamento e Controle
Em exercício

VALDEMIER REGIS FERREIRA DE OLIVEIRA
Assessor de Controle Interno

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS

PORTARIA Nº 494, DE 25 DE SETEMBRO DE 2003

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no inciso III do art. 54 e § 2º do art. 55, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, resolve:

Art. 1º Tomar público o Relatório de Gestão Fiscal desta Corte.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Desembargador JOSÉ FERNANDES DE HOLLANDA FERREIRA

ANEXO

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DE DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DE SEGURIDADE SOCIAL
SET/2002 A AGO/2003

LRF, Art. 55, inciso I, alínea "a" - Anexo I

DESPESA COM PESSOAL	RS milhars	DESPESA LIQUIDADADA
	MAIO/2002	A
	ABRIL/2003	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (I)	21.975	
DESPESA COM PESSOAL	25.259	
Pessoal Ativo	21.384	
Pessoal Inativo e Pensionistas	3.875	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art. 19, § 1º da LRF)	3.284	
(-) Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	
(-) Decorrentes de Decisão Judicial	-	
(-) Despesas de Exercícios Anteriores	2.653	
(-) Inativos com Recursos Vinculados	631	
OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL (art. 18, § 1º da LRF) (II)	-	
TOTAL DA DESPESA LÍQUIDA DE PESSOAL (I + II)	21.975	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (III)	217.665.628	
% do TOTAL DA DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL sobre a RCL (IV)	0,010096	
LIMITE LEGAL (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - % → 0,016682	36.311	
LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF) - % 0,015848	34.495	
FIXAÇÃO OU ALTERAÇÃO DE REMUNERAÇÃO OU SUBSÍDIO POR LEI ESPECÍFICA E REVISÃO GERAL ANUAL (inciso X, art. 37 da CF) ¹	3.136	
FIXAÇÃO OU ALTERAÇÃO DE REMUNERAÇÃO OU SUBSÍDIO POR LEI ESPECÍFICA E REVISÃO GERAL ANUAL sobre a RCL (V)	0,001441	
TOTAL DA DESPESA LÍQUIDA DE PESSOAL, deduzido o aumento previsto no inciso X, art. 37 da CF - % = (IV) - (V) 0,008655	18.839	
LIMITE PERMITIDO (art. 71 da LRF) - % 0,010690	23.268	

FONTE: SIAFI e CCO/SOF/TSE

Nota: ¹ valores referentes as leis nºs 10.331/2001, 10.697/2003, 10.474/2002, 10.474/2002 e 10.475/2002

AGNALDO QUINTELA DOS SANTOS
Gestor Financeiro

GESAÍAS SARMENTO FARIAS
Coordenador de Controle Interno

De acordo.

NELSON AUGUSTO DO NASCIMENTO
Diretor-Geral

Desembargador JOSÉ FERNANDES DE HOLLANDA FERREIRA
Presidente do Tribunal

(Of. El. nº 643/2003)

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO

PORTARIA Nº 501, DE 23 DE SETEMBRO DE 2003

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no inciso III do art. 54 e § 2º do art. 55, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, resolve:

Art. 1º Tomar público o Relatório de Gestão Fiscal desta Corte, em anexo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Desembargador ANTÔNIO DE PÁDUA C. CAMAROTTI FILHO

ANEXO

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2002 A AGOSTO/2003

LRF, Art. 55, inciso I, alínea "a" e Portaria STN 516/2003 RS Milhars

DESPESA COM PESSOAL	DESPESA LIQUIDADADA
	SETEMBRO/2002 A AGOSTO/2003
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (I)	54.140
DESPESA COM PESSOAL	59.683
Pessoal Ativo	43.299
Pessoal Inativo e Pensionista	16.383
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art. 19, § 1º da LRF)	5.543
(-) Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-
(-) Decorrentes de Decisão Judicial	-
(-) Despesas de Exercícios Anteriores	3.371
(-) Inativos com Recursos Vinculados	2.172
OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL (art. 18, § 1º da LRF) (II)	-
TOTAL DA DESPESA LÍQUIDA DE PESSOAL (I + II)	54.140
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (III)	217.665.628
% do TOTAL DA DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL sobre a RCL (IV)	0,024873
LIMITE LEGAL (inciso I do art. 20 da LRF - % 0,043896	95.547
LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF) - % 0,041701	90.769
FIXAÇÃO OU ALTERAÇÃO DE REMUNERAÇÃO OU SUBSÍDIO POR LEI ESPECÍFICA E REVISÃO GERAL ANUAL (inciso X, art. 37 da CF)	7.832
% FIXAÇÃO OU ALTERAÇÃO DE REMUNERAÇÃO OU SUBSÍDIO POR LEI ESPECÍFICA E REVISÃO GERAL ANUAL sobre a RCL (V)	0,003598
TOTAL DA DESPESA LÍQUIDA DE PESSOAL, deduzido o aumento previsto no inc.X, art.37 da CF - % = (IV) - (V) 0,021275	46.308
LIMITE PERMITIDO (Art. 71 da LRF) - % 0,027606	60.809

FONTE: SIAFI e CCO/SOF/TSE

Nota: ¹ Valores referentes a Portaria STN 476, de 16/09/2003
 ² Valores referentes a lei nº 10.331/2001, lei nº 10.474/2002, lei nº 10.475/2002, lei nº 10.697/2003 e lei nº 10.698/2003.

ROBSON COSTA RODRIGUES
Secretário de Orçamento e Finanças

VERUSKA SCHETTINI GUEIROS
Coordenadora do Controle Interno
Em exercício

Desembargador ANTÔNIO DE PÁDUA C. CAMAROTTI FILHO
Presidente do Tribunal

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ACRE

PORTARIA Nº 437, DE 24 DE SETEMBRO DE 2003

A Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Acre, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto no inc. III do art. 54 e § 2º do art. 55 da Lei Complementar n. 101, de 04 de maio de 2000, resolve:

Art. 1º - Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal desta Corte, referente ao período de setembro/2002 a agosto/2003;

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Desembargadora EVA EVANGELISTA

ANEXO

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2002 A AGOSTO/2003

LRF, art. 55, inciso I, alínea "a" e Portaria STN 516/2002

DESPESA COM PESSOAL	RS Milhars
	DESPESA LIQUIDADADA
	SETEMBRO/2002 A AGOSTO/2003
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (I)	9.901
DESPESA COM PESSOAL	11.543
Pessoal Ativo	10.297
Pessoal Inativo e Pensionistas	1.246
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art. 19, § 1º da LRF)	1.643
(-) Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-
(-) Decorrentes de Decisão Judicial	-
(-) Despesas de Exercícios Anteriores	1.471
(-) Inativos com Recursos Vinculados	172
OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL (art. 18, § 1º da LRF) (II)	-
TOTAL DA DESPESA LÍQUIDA DE PESSOAL (I + II)	9.901
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (III)	217.665.628
% TOTAL DA DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL sobre a RCL (IV)	0,004549
LIMITE LEGAL (inciso I do art. 20 da LRF) - % → 0,008462	18.419
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - % → 0,008038	17.496
FIXAÇÃO OU ALTERAÇÃO DE REMUNERAÇÃO OU SUBSÍDIO POR LEI ESPECÍFICA E REVISÃO GERAL ANUAL (inciso X, art. 37 da CF) ²	1.461
% FIXAÇÃO OU ALTERAÇÃO DE REMUNERAÇÃO OU SUBSÍDIO POR LEI ESPECÍFICA E REVISÃO GERAL ANUAL sobre a RCL (V)	0,000671
TOTAL DA DESPESA LÍQUIDA DE PESSOAL, deduzido o aumento previsto no inciso X, art. 37 da CF - % = (IV) - (V) → 0,000377	8.440
LIMITE PERMITIDO (art. 71 da LRF) - % → 0,005252	11.432

FONTE: SIAFI e CCO/SOF/TSE

Notas:

1. Valores referentes à Portaria STN 476, de 16/09/2003

2. Valores referentes às Leis nº 10.331/2001, 10.697/2003, 10.698/2003, 10.474/2002 e 0.475/2002

Desembargadora EVA EVANGELISTA
Presidente do Tribunal

SÉRGIO LUIZ MARIANO DE ALMEIDA
Diretor-Geral

ANTÔNIA GEANNE ARAÚJO DE SOUSA
Coordenadora de Orçamento e Finanças
Em exercício

JONATHAS SANTOS DE ALMEIDA CARVALHO
Coordenador de Controle Interno
Em exercício

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO DISTRITO FEDERAL

PORTARIA Nº 300, DE 26 DE SETEMBRO DE 2003

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no inciso III do art. 54 e § 2º do art. 55, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, resolve:

Art. 1º Tomar público o Relatório de Gestão Fiscal desta Corte, referente ao período de setembro/2002 a agosto/2003.

Desembargador LÉCIO RESENDE DA SILVA

ANEXO

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2002 A AGOSTO/2003

LRF, Art. 55, inciso I, alínea "a" e Portaria STN 516/2002

DESPESA COM PESSOAL	DESPESA LIQUIDADADA
	SETEMBRO/2002 A AGOSTO/2003
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (I)	28.978
DESPESA COM PESSOAL	31.845
Pessoal Ativo	23.153
Pessoal Inativo e Pensionistas	8.692
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art. 19, § 1º da LRF)	2.867
(-) Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-
(-) Decorrentes de Decisão Judicial	-
(-) Despesas de Exercícios Anteriores	2.356
(-) Inativos com Recursos Vinculados	511
OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL (art. 18, § 1º da LRF) (II)	-
TOTAL DA DESPESA LÍQUIDA DE PESSOAL (I + II)	28.978
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (III)	217.665.628